

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: A FRONTEIRA COM O PARAGUAI PARA UM HISTORIADOR REGIONALISTA⁴⁹

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO: THE BORDER WITH
PARAGUAY FOR A REGIONALIST HISTORIAN

Carla Villamaina Centeno⁵⁰

RESUMO – Este artigo analisa a concepção de Virgílio Corrêa Filho, historiador mato-grossense, sobre a fronteira de Mato Grosso com o Paraguai. Corrêa Filho teve editadas mais de 30 obras e foi o estudioso que mais se aprofundou nos estudos históricos sobre o Estado. Bastante citado pela historiografia, foi também o autor que mais se destacou fora de Mato Grosso, sobretudo pelas suas atividades ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e ao Conselho Nacional de Geografia – CNG. Dirigiu o grosso de sua pesquisa ao período colonial e imperial e, quando tratou do período mais recente, época em que a fronteira sul foi mais densamente ocupada, suas análises escassearam. Seus escritos temáticos sobre a fronteira, à época de sua colonização, visavam a atacar o monopólio da Matte Larangeira. Por mais que tenha se projetado nacionalmente, esse autor não conseguiu se desvincular de suas raízes cuiabanas e sua ligação com a fração burguesa contrária ao domínio dos monopólios, originária do comércio em Mato Grosso, é

49 Este artigo foi publicado na *Revista Eletrônica Documento*, v. 7, n. 1 de 2012.

50 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Doutora em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP.

determinante nesse sentido. Corrêa Filho tornou-se a mais pura expressão do intelectual orgânico da burguesia comercial mato-grossense.

Palavras-chave: Fronteira com o Paraguai, Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho, Historiografia.

ABSTRACT – This article analyses the conception of Virgílio Corrêa Filho, a historian of Mato Grosso, about the border between Mato Grosso and Paraguay. Corrêa Filho had more than 30 works edited and was the scholar who most deepened into the historical studies of the state. Often quoted by historiography, he was also the author who was most noticed out of Mato Grosso, especially for his activities related to the Brazilian Historical and Geographical Institute – IHGB and the National Council of Geography – CNG. He led most of his research to colonial and imperial period and, when he discussed about the most recent period, a time when the border south was occupied, his analysis became scarce. His thematic writings about the border, at the time of its colonization, aimed to attack the monopoly of Matte Larangeira. As much as this author had been countrywide projected, he did not detach from his Cuiabá roots and his connection with the bourgeois faction against the dominance of monopolies, which are originary from the trade in Mato Grosso, is determinant in this regard. Corrêa Filho became the purest expression of organic intellectual of the commercial bourgeois of Mato Grosso.

Keywords: Border with Paraguay, Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho, Historiography

INTRODUÇÃO

Embora a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso - IHMT, em 1919, tenha incentivado o aumento do número de publicações sobre Mato Grosso, é possível verificar que poucas se referiram ao sul do estado e, sobretudo, à fronteira, no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A exceção refere-se aos estudos de Virgílio Corrêa Filho, autor de importância para o estudo da região na época tratada. Foi ele o primeiro historiador não acadêmico a abordar a fronteira, nesse período, mesmo que apenas nos seus trabalhos temáticos.

Historiador autodidata de vasta produção bibliográfica, tanto sob a forma de livros quanto de artigos sobre a história regional, Virgílio Corrêa Filho é merecedor de destaque. Foi ele o estudioso de Mato Grosso que, em seu tempo, produziu mais sistematicamente; foi o autor que mais se aprofundou nos estudos históricos sobre a região por força dos cargos que ocupou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e no Conselho Nacional de Geografia - CNG. Os cargos que ocupou, tanto na administração pública quanto em instituições culturais, facilitaram o acesso a inúmeras fontes, tanto primárias, quanto secundárias. Suas obras revelam uma grande riqueza de informações positivas.

Possui mais de trinta obras editadas sob as formas de compêndios históricos, biografias de figuras da memória local e nacional e de variadas temáticas, sem contar os inúmeros artigos produzidos em revistas de âmbito nacional e regional.

Nascido em Cuiabá em 1887, Virgílio Corrêa Filho era filho de família influente, os Alves Corrêa, e genro de Pedro Celestino Corrêa da Costa, importante chefe político local, ligado aos interesses das casas comerciais, no final do século XIX e início do século XX³. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Exerceu vários cargos na adminis-

tração pública como engenheiro das Estradas de Ferro Noroeste do Brasil em Três Lagoas, de Rodagem da Chapada, da Central do Brasil e de Maricá. Foi diretor da Repartição de Terras em Cuiabá, em 1921, no governo de Dom Aquino. Em 1922, ocupou dois cargos no Governo de Pedro Celestino: Secretário de Finanças e Secretário Geral do Estado. A partir de 1925, segundo Saboya (1999, p. 4), passou a morar no Rio de Janeiro, mas “continuou prestando serviços ao seu Estado”, em especial pelas indicações para o exercício de cargos públicos após a implantação das Interventorias, em 1930. Foi membro fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso - IHMT e da Academia Mato-grossense de Letras, bem como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, ocupando, ainda, nesta instituição, o cargo de secretário. Durante 30 anos colaborou com o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. Em 1950, ocupou o cargo de secretário geral do Conselho Nacional de Geografia - CNG e, em 1956, a cadeira que pertenceu a Oliveira Vianna na Academia Portuguesa de História.

Para Saboya (1999, p. 138), seu papel como colaborador no IHMT e na Academia Mato-grossense de Letras estava comprometido com a formação de uma identidade mato-grossense, tendo permanecido, ainda hoje, como parâmetro para os pesquisadores. Mais tarde, vinculado a instituições como IHGB e CNG, órgãos que colaboraram no sentido de estabelecer um consenso à política getulista de centralização do poder e de construção do Estado Nacional, Corrêa Filho teria sido um intelectual aliado do regime, cuja finalidade era a legitimação da ditadura de Vargas.

Segundo essa historiadora, a maioria de suas publicações “expressam seu interesse pela realização da propaganda de Mato Grosso, cuja finalidade seria a defesa da integração nacional” (SABOYA, 1999, p. 5). Corrêa Filho é subentendido como um intelectual orgânico de

uma genérica “classe dominante”, que colaborava, pela forma exposta, com a propaganda varguista. A autora não especifica a qual fração de classe que ele servia, nem quais os interesses que concretamente a informavam.

Em artigos levantados por Saboya (1999), Corrêa Filho expressaria a preocupação com a nacionalização da fronteira; teria defendido a colonização dos terrenos fronteiriços por meio de núcleos constituídos por “brasileiros natos”. A atividade, para ele, já estava sendo concretizada pelo governo com o Instituto de Colonização Nacional, projeto desenvolvido pelo Major Frederico Rondon (SABOYA, 1999, p. 58). A adesão ao nacionalismo, por Corrêa Filho, ainda segundo a autora, é demonstrada não somente pelo seu apoio ao Governo Ditatorial, mas pela sua inscrição como sócio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, criada em 1932, que, conforme a autora, era contra a permanência de estrangeiros nas fronteiras (SABOYA, 1999, p. 59).

Embora a incorporação do nacionalismo, indicada por esta autora, não possa ser excluída, é importante apontar a necessidade de deslindar quais são as teses do nacionalismo que o autor incorpora. Parece que o ideário bem como a adesão ao governo Vargas só interessaram a Corrêa Filho à medida que muitas ideias defendidas pelo regime se aproximavam dos interesses defendidos pelo grupo ao qual era ligado em Mato Grosso. Considera-se que a defesa da nacionalização na fronteira visava a desestruturar a fração burguesa ligada à Companhia Matte Larangeir⁴, monopólio do matte na região, como se revela no decorrer desta análise. Ou, melhor explicando, suas preocupações estavam radicadas em Mato Grosso e se originaram das lutas travadas entre as frações locais da classe burguesa, embora pudessem, em alguns momentos, incorporar teses do nacionalismo.

A FRONTEIRA VISTA COMO LIMITE GEOGRÁFICO

Ainda que tenha se referido à fronteira e que este tema seja recorrente em seus escritos⁵, analisando a parte pertinente da produção de Corrêa Filho, uma evidência observada é a de que a fronteira só é referida por esse autor com a preocupação de discutir a definição de limites. Observa-se que são escassas, ou praticamente inexistentes, as informações sobre a fronteira na época analisada neste trabalho, ou seja, na época em que a fronteira foi efetivamente colonizada. Isso ocorre nas obras de caráter mais geral, ou seja, naquelas em que o autor trata a história em Mato Grosso. Essa lacuna se acentua pelo fato de grande parte de suas análises ser dirigida ao período colonial e imperial, fase em que a fronteira mereceu atenção, exclusivamente, como definição de limites e espaço a ser defendido pela metrópole ou mais tarde, pelo Império. Daí as fortificações e presídios militares terem se sobressaído na estratégia de ocupação. Em *As Raias de Mato Grosso*, a fronteira é seu objeto de pesquisa nessa perspectiva. Essa obra é uma coletânea composta de quatro volumes: *Fronteira Septentrional* (v. I, 1924), *Fronteira Oriental* (v. II, 1925), *Fronteira Meridional* (v. III, 1925a) e *Fronteira Occidental* (v. IV, 1926). Embora tenham sido escritos na década de 1920, nota-se que, em se tratando da fronteira meridional – com o Paraguai –, o autor não aborda os acontecimentos ocorridos após a Guerra com o Paraguai, senão os referentes ao processo de demarcação das *raias* correspondentes. Abre-se uma lacuna, então, em razão de que a colonização da região se deu após este conflito. Segundo ele, o objetivo da coletânea foi: “o estudo da fixação das raias de Matto Grosso” (1926, p. 212). A preocupação com as fronteiras fica, então, reduzida à definição dos limites.

Se quisermos analisar o pensamento do autor sobre a fronteira, no período tratado, é necessário adentrar as obras em que ele abordou temas específicos, como

o da erva-mate, por exemplo. Mas, mesmo quando estuda a erva-mate e a fronteira, é possível observar que, nas obras correspondentes, as análises sobre o desenvolvimento, a economia, a cultura e a educação não têm a profundidade e a extensão requeridas. Seu enfoque é político-administrativo.

Outra observação é que, de uma maneira geral, suas posições políticas são amainadas, expostas sutilmente, o que obriga, para entendê-las, o estudo mais detalhado do contexto vivido pelo autor. O estilo conciliador se revela, ainda, na forma como aborda a historiografia. Polêmicas e controvérsias com autores não são flagradas nas obras de caráter geral, o que não significa que Corrêa Filho utilize poucas fontes. Percebe-se a riqueza de seus escritos, também, pelas inúmeras obras citadas e sua preocupação de lastrear, com elas, suas interpretações. Corrêa Filho tinha um vasto conhecimento das obras, não só as de caráter historiográfico, mas, também, as literárias e o uso dessas fontes servia ao autor para dar consistência empírica às suas teses e para florear o estilo.

As polêmicas estão mais evidentes nos artigos de periódicos, em jornais locais, na *Revista do IHGB* e no *Jornal do Commercio*, nos quais polemiza com adversários políticos e com a historiografia⁶. Nesses escritos ficam evidenciadas a defesa do regionalismo, a fração de classe que representa, aspectos que tornam inteligíveis as suas abordagens sobre Mato Grosso e sobre a fronteira.

Observa-se em quase todas as obras, com exceção daquelas que tratam da erva-mate, que a fronteira só é referida para retratar e reviver os feitos heroicos dos militares responsáveis pelas lutas que garantiram a expansão do território português e, após a independência, do território brasileiro.

Seus textos, inclusive *As Raias de Mato Grosso*, estão recheados de fatos heroicos do período colonial,

época preferida do autor em seus escritos que dizem respeito a Mato Grosso, exceto naqueles em que discorre sobre tema mais específico. Chega a ser curioso o extenso volume de páginas dedicado a esse período em suas obras. A título de exemplo pode-se citar a obra *História de Mato Grosso*, publicada em 1969, uma das obras comentadas proximamente, em que das aproximadamente 600 páginas dedicadas à organização administrativa e política de Mato Grosso, mais de 400 cobrem o período colonial. Outras cem páginas são reservadas ao Período Imperial, enquanto pouco mais de 30 páginas são destinadas ao Republicano.

Uma de suas primeiras publicações de caráter geral é *Mato Grosso*, obra editada em 1920 e encomendada para compor o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, proposto pelo IHGB com a finalidade de comemorar o Centenário da Independência. Grande parte da obra, segundo Corrêa Filho (1939, p.VI), fora elaborada em 1919, para festejar as comemorações do bicentenário da colonização de Mato Grosso. O autor acrescentou mais informações e, obedecendo ao plano do IHGB, compilou dados sobre várias temáticas acerca do Estado. Editado novamente em 1939, no governo do Interventor Júlio Müller (1937-1945), o autor acrescentou algumas informações de caráter estatístico sobre as décadas posteriores.

Basicamente é uma obra de conteúdo informativo; condensa informações descritivas e fragmentadas sobre História Política, Militar, Religiosa, Artística, Literária e Administrativa, Homens Notáveis, Limites, Clima, Fauna, Flora, Municípios, dentre outros assuntos. No entanto, é possível perceber que, mesmo obedecendo a um plano já determinado e limitado em virtude da finalidade a que se destinava, a concepção de Corrêa Filho aproxima-se do positivismo pelo desejo de descrever os fatos tais como eles se apresentam. Ainda percebe-se a influência do positivismo na exposição

dos fatos, sobretudo os administrativos, que seguem uns após os outros, evolutivamente.

Em *Mato Grosso*, a fronteira aparece em segundo plano nos assuntos que tratam da defesa e definição de limites, durante os períodos colonial e imperial, ou nos municípios arrolados em que descreve dados informativos e estatísticas sobre instrução, economia, erva-mate etc.

Outro traço característico dessa obra é a falta de uma posição mais incisiva quando trata de temas controversos. Corrêa Filho mascara conflitos, não declara abertamente suas posições. Nesses momentos, o autor torna-se ambíguo ou conciliador na exposição das disputas históricas em Mato Grosso. Um exemplo pode ser dado pela forma como trata dos conflitos entre jesuítas e bandeirantes. Corrêa Filho admite a existência de luta “entre a audácia forte dos bandeirantes e a energia abnegada dos jesuítas” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 71) e acaba lamentando a expulsão desses padres. Mas, ao mesmo tempo em que parece manter certa distância dessa questão, em várias partes da obra é possível verificar a apologia que faz aos bandeirantes: “Assim, balizaram os bandeirantes, com o seu trágico martírio, o heróico avanço para o Ocidente. Louvando-lhes a ousadia sem par, a Coroa Portuguesa, norteadada pelo espírito lúcido de Alexandre de Gusmão, valer-se-ia dessa colaboração espontânea dos seus patrícios, para sustentar as bases do tratado dos limites” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 18). Aliás, a imagem dos bandeirantes é construída sutilmente por ele. Isso pode ser observado em várias partes de seus escritos, nas quais sempre frisa a importância dos bandeirantes, ressaltando a coragem e o pioneirismo, características que teriam influenciado na constituição do povo cuiabano. Há um trecho, inclusive, em que o autor tenta redimir os bandeirantes, acusados de destruírem as missões jesuíticas e de serem identificados

com o ateísmo. Busca, para tanto, uma compensação na formação religiosa desses pioneiros, argumentando que os bandeirantes, em suas andanças, não ficavam sem capelão (CORRÊA FILHO, 1939, p. 71-72).

Suas elaborações se iniciam sempre com a saga dos bandeirantes, indo do período colonial ao imperial, descrevendo, em seguida, as realizações dos mais afa-
mados administradores de Mato Grosso, como Rolim de Moura, Luis de Albuquerque, Leverger dentre outros. Mas, à medida que vai se aproximando da República, a quantidade de informações diminui sensivelmente. Dos conflitos instalados nessa época, apenas deixa entrever alguns indícios por meio de expressões que reconheciam a ocorrência de “descontinuidades governativas” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53). Estas estariam no relato que faz da História Administrativa do Estado, que é vista evolutivamente, ao sabor de “movimentos de ascensão e descensão, no diagrama de sua marcha” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52-53). As disputas políticas são suscitadas por expressões como “fortes comoções”, “setenio agitado”, “intervaladas de calma asfixiantes” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52).

Ainda na obra, *Mato Grosso* (1939), faz questão de elogiar os governos com os quais teria se compatibilizado politicamente, tal como o dos republicanos de 1892, envolvendo o Presidente do Estado Manoel Murinho e o seu vice, Antônio Corrêa, ambos vistos como administradores que se esforçaram para desenvolver Mato Grosso, “dotando-o de órgãos apropriados ao trabalho” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52). O Primeiro governo de Pedro Celestino (1907-1912) é citado como reconstrutor, porém a sucessão, beneficiando seus adversários, teria desencadeado “agitações partidárias” que resultaram em Intervenção Federal. A administração de D. Aquino Corrêa, bispo cuiabano que assumiu em 1917, da qual participou como diretor da Repartição de Terras, também é ressaltada e seu titular é visto

como “brilhante reconstrutor” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52). Na avaliação de Corrêa Filho, Pedro Celestino tinha “[...] a segurança de quem se dispunha a cumprir sensato programa administrativo, continuado pelo seu substituto interino, vice-presidente Dr. Estevão Corrêa” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53). Segundo ele, após este governo, Mato Grosso sofreu novamente *discontinuidades governativas*, referindo-se à gestão de seu inimigo político, o Dr. Mário Corrêa da Costa, dissidente do grupo de Pedro Celestino, que assumiu o Governo em 1926: “A descontinuidade (sic) governativa rompe, de novo, em 1926, e fomentada pelas consequências das revoluções de 1930-1932, vem até o surto do Estado Novo” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53).

Os governos pós Revolução de 1930, em Mato Grosso, quase não são referidos, a não ser em algumas estatísticas relativas às finanças, à educação, dentre outras. Quanto ao Estado Novo, percebe-se o otimismo do autor em face do Governo Vargas, que prometia “esplêndidas realizações” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 53).

É importante esclarecer que o elogio aos governos anteriormente citados tinha suas origens nas opções políticas do autor. Mesmo não declaradas, podem ser facilmente detectadas se se consegue entrever as disputas travadas pelas frações da burguesia local, nesta época. As divergências políticas de Corrêa Filho só aparecem ao se referir aos “inimigos” de Pedro Celestino, quais sejam, os políticos dissidentes deste chefe local, ligado aos interesses da casa comercial.

As origens desses conflitos tinham suas raízes na disputa entre as frações da burguesia pelas concessões de terra e pelo domínio econômico regional, sobretudo nos finais do século XIX e início do XX, quando a região sul começa a se desenvolver, alterando todo o quadro político de Mato Grosso.

Essas disputas começaram a se agravar com a entrada das empresas monopolistas no cenário local.

Segundo Alves (1984), com a instalação das empresas monopolistas em Mato Grosso, iniciou-se um processo de disputa pelo controle político entre os representantes destas empresas e os das casas comerciais. Antes do advento das empresas monopólicas estrangeiras, a casa comercial controlava o cenário econômico regional. De acordo com Alves (1984), desde o final do século XIX até a primeira década do século XX, o papel da casa comercial não se restringia à comercialização de mercadorias, pois, também, representava os bancos, ainda inexistentes na região, intermediando os interesses do capital financeiro, as concessões e os investimentos regionais. Dessa forma, os produtores regionais, proprietários de terras, usineiros, dependiam da casa comercial até mesmo para a obtenção de créditos

Deduzindo todas as conseqüências do monopólio que a casa comercial exerceu sobre a navegação, do comércio de importação e de exportação, pode-se afirmar que todos os produtores regionais, sem exceção, dependeram da casa comercial para efeito de abastecimento e escoamento de mercadorias, o que os colocou sob controle irrestrito desta. Também insinuou-se claramente, nesse momento em que a casa comercial era a principal incentivadora da diversificação da produção mato-grossense, a presença de um novo mecanismo, que passava a mediar as relações entre comerciantes e produtores: o *crédito*. (ALVES, 1985, p. 28).

Além disso, a casa comercial passou, ainda no final do século XIX, a se envolver diretamente na produção, arrendando e comprando terras para a exploração da borracha e criação de gado. Após esse período, a casa comercial foi substituída diretamente pelas empresas estrangeiras monopólicas, iniciando-se, assim, uma luta intensa da casa comercial contra os novos representantes do capital financeiro. Especificamente no caso da fronteira com o Paraguai, a disputa foi com a

Companhia Matte Larangeira, o monopólio combatido por Corrêa Filho.

As lutas coronelistas, no início do século, tiveram como principais representantes o Cel. Generoso Ponce e a família Murtinho. Ponce era comerciante e influente coronel do final de século XIX e início do século XX. Liderou várias “revoluções” armadas em Mato Grosso. As lutas mais intensas iniciaram-se com a derrubada do General Antônio Maria Coelho, primeiro Presidente do Estado após a República, que tentou afastar de seu governo membros do ex-Partido Liberal, isto é, os partidários de Ponce, criando o Partido Nacional. Em contrapartida, Ponce fundou o Partido Republicano e se uniu a Antônio Azeredo e a Joaquim Murtinho, conseguindo a exoneração de Maria Coelho. No ano seguinte, em 1892, essa aliança foi efetivada com a eleição de Manoel Murtinho, irmão de Joaquim Murtinho, pela Assembleia Constituinte.

Em 1899, a aliança foi rompida com a indicação de candidatos diferentes para assumir a Presidência do Estado. O candidato de Ponce venceu as eleições, mas o usineiro Totó Paes, com o apoio de seu aliado Joaquim Murtinho, à época Ministro da Fazenda de Campos Sales, liderou a Divisão Patriótica Campos Salles a fim de derrubar o candidato de Ponce. Totó Paes sitiou Cuiabá e realizou um acordo com a Assembleia, impedindo a posse do candidato eleito (CORRÊA, 1995, p. 92-93). Essa luta se refletiu em todo o estado envolvendo, também, os coronéis sulistas (CORRÊA, 1995, p. 94). Anos depois, em 1906, os ex-adversários, Ponce e Murtinho, uniram-se e formaram a *Coligação* visando lutar contra o Governo de Totó Paes (CORRÊA, 1995, p. 99).

Assim, desde o advento da República até os anos de 1910, quando foram substituídos por outras lideranças, Ponce e Murtinho controlaram o poder, aliando-se quando os seus interesses convergiam e desentenden-

do-se quando suas reivindicações se confrontavam. Murtinho era presidente do Banco Rio e Mato Grosso, que tinha como um de seus fundadores o Banqueiro Mayrinck, também fundador, segundo Faria (1993, p. 215), do Banco Constructor do Brazil. Carone (1978) afirma que Mayrinck foi diretor do Banco dos Estados Unidos do Brasil, proprietário do Jornal *O Paiz* e que se ligara a “uma série de outras empresas” (CARONE, 1978, p. 107- 108). Além disso, a família Murtinho associou-se ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, que já possuía negócios com Larangeira, o pioneiro na exploração dos ervais do sul, e era importante representante do capital financeiro, vinculado a Buenos Aires⁷. A família Murtinho, com amplos poderes tanto no Estado quanto no Governo Federal, passou, então, a controlar as concessões em Mato Grosso em favor de suas empresas. As lutas entre essas duas frações da burguesia, na época em consideração, manifestaram-se numa disputa por controle político e econômico da região sul do Estado, acarretando inúmeros conflitos na região fronteira.

Em 1911 morreram Joaquim Murtinho e Generoso Ponce. A Companhia Matte Larangeira passou a ter o apoio do senador Azeredo que, desde então, disputou com Pedro Celestino, herdeiro político de Ponce, o controle do Estado.

O Governo de Murtinho e de Antônio Corrêa, exaltado por Corrêa Filho, teve seus membros indicados pela aliança da qual participou, também, o grupo defendido por Corrêa Filho, qual seja, o grupo de Ponce e de Pedro Celestino. Este último, Pedro Celestino, à frente de outra administração, também figura como bom governo. A administração Dom Aquino, igualmente reverenciada por Corrêa Filho, que nela assumiu, inclusive, um cargo de primeiro escalão, teve como base angular a conciliação política entre as duas principais facções políticas de Mato Grosso. As “descontinuidades

des”, expressão utilizada pelo autor para caracterizar as gestões administrativas de adversários, foram associadas, por exemplo, às “revoluções” como a que derrubou Ponce. A “descontinuidade” também teria marcado o Governo de Mário Corrêa da Costa, que se incompatibilizou com Pedro Celestino. Corrêa Filho sentiu-se atingido, daí a disputa com Mário Corrêa.

Essa luta política desembocou em diversas publicações⁸, organizadas e condensadas por Corrêa Filho na série *Polêmicas*. As primeiras animosidades iniciaram-se com a recusa do nome de Virgílio Corrêa Filho para Presidente do Estado, devido às divergências entre Azeredo e Pedro Celestino (SABOYA, 1999). Em seu lugar foi indicado Mário Corrêa da Costa, candidato originário de um acordo entre os diversos grupos. Segundo Saboya (1999, p. 84), Mário Corrêa da Costa foi escolhido por Pedro Celestino, a partir de uma lista de oito nomes, encaminhada pelos deputados Aníbal de Toledo e João Celestino e indicada pelo Ministro Afonso Pena Junior. Assim que assumiu, Mário Corrêa da Costa fundou o Partido Democrata e nomeou como Secretário Geral o Dr. Manoel Paes de Oliveira, cargo almejado por Corrêa Filho. Essa secretaria, alguns meses depois, foi desmembrada em duas, que “tomaram respectivamente as denominações de Secretaria do Interior, Justiça e Finanças e Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas [...] cuja presença já se impunha há quinze anos passados pelos congestionamentos dos serviços públicos” (MATO GROSSO, 1926, p. 13-14). Assumiram-nas, respectivamente, Dr. Manoel Paes Oliveira e Dr. Carlos Gomes Bortalho (MATO GROSSO, 1926, p. 39). Para Saboya (1999), Corrêa Filho foi chamado para reorganizar os serviços da administração do norte do Estado, cargo este recusado por ele. Mais tarde, Mário Corrêa da Costa, em sua Mensagem de 1926, publicada posteriormente na *Gazeta Oficial*, criticou

a administração das finanças do governo anterior. Tendo dela participado, Corrêa Filho reagiu e publicou uma série de artigos, transformados, mais tarde, nas publicações referidas.

O que importa destacar é que essa disputa, no fundo, teve suas origens na adesão de Mário Corrêa e de seus secretários, Manoel Paes de Oliveira e Carlos Gomes Borralho, ao grupo do senador Azeredo, ou melhor traduzindo, à política da Companhia Matte. No Governo de Mário Corrêa foram renovadas as concessões e revogadas, pela Lei n.º. 694 de 1927, as Resoluções n.º. 911 de 1924, que limitava em 1 milhão de hectares a área de arrendamento dos ervais, e a n.º. 930 de 1925, que reservava para venda uma área pertencente ao município de Ponta Porã, por meio de lotes de 3.600 hectares, ambas do Governo anterior de Pedro Celestino. No ano seguinte, o governo de Mário Corrêa aumentou em mais 900 mil hectares as terras arrendadas à Companhia, totalizando 1,9 milhão de hectares a área arrendada. (MATO GROSSO, 1927 *apud* ARRUDA, 1986, p. 308). Os três administradores, Mário Corrêa, Manoel Paes e Carlos Borralho são as personagens atacadas nos artigos da coletânea *Polêmicas*. Manoel Paes era acusado por Corrêa Filho de influenciar Mário Corrêa nos ataques à administração anterior e Carlos Borralho por ter “preocupações rasteiras dos gorjeteiros” (CORRÊA FILHO, 1927 *apud* SABOYA, 1999, p.103). Saboya (1999) deixa entrever, numa das citações de Corrêa Filho, que essa acusação referia-se ao fato de Carlos Borralho ter recebido propina no processo de medição das terras arrendadas à Companhia Matte, em 1922, período em que era Secretário de Agricultura do Governo Pedro Celestino.

A descrição exposta demonstra que as disputas entre as frações da burguesia mato-grossense aparecem de maneira sutil nas obras gerais de Corrêa Filho, mas ganham clareza nos artigos da imprensa periódica.

Revelam-se, então, tomadas pelo regionalismo da burguesia comercial, francamente contrária ao monopólio e que, à época, disputava com os representantes locais do capital financeiro o controle político em Mato Grosso.

Também, em *Mato Grosso* (1939), é possível perceber a postura conciliadora do autor ao analisar a atuação do Estado em relação à questão de terras. Segundo Corrêa Filho (1939), este, em Mato Grosso, não teria conseguido promover eficientemente o serviço de colonização, daí as famílias terem se organizado espontaneamente para conseguir terras. Excetua, somente, a colônia de Terenos, organizada por Pedro Celestino, que teria conseguido prosperar (CORRÊA FILHO, 1939, p. 180-181). Não encontrou-se, em nenhum momento, alusões ou crítica à falta de apoio à colonização; nenhuma denúncia sobre a posse indevida de terras, sobre a conivência do Estado nos casos de grilagem, sobre a omissão ou inoperância do governo, suas lutas internas e os conflitos que envolviam migrantes, bastante comuns e problemáticos. Ainda em se tratando da questão de terras, Corrêa Filho (1939, p.197) defendeu a necessidade da formação de latifúndios exclusivamente em determinadas áreas, como o Pantanal, local em que, pelas enchentes e características naturais, tornam-se necessárias grandes áreas para a exploração lucrativa da pecuária.

Essa característica dos escritos de Corrêa Filho de não polemizar, de não assumir posição clara e objetiva e de não expor abertamente as mazelas da sociedade, também pode ser percebida em *História de Mato Grosso*, escrita em 1959 e publicada somente em 1969, por dificuldades de financiamento (SABOYA, 1999, p.173). Essa obra, de caráter geral, retrata a História de Mato Grosso desde o período colonial até a República.

Mesmo sendo publicada dez anos depois de ter sido escrita, não inseriu dados posteriores a 1959. Talvez

para não alterar os originais, o autor se limitou a tecer poucas considerações sobre acontecimentos e dados mais recentes na introdução da obra.

Na parte introdutória, afirma que, após 1959, Mato Grosso viveu “indícios inequívocos de transformação” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 17), referindo-se aos financiamentos que visavam à construção das obras de aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Paraná, iniciados nos anos 1950 e intensificados nos anos 1960. Vê com otimismo os investimentos nas áreas agrícolas e industriais, bem como os “destinos do estado, acorde com os vaticínios otimistas do Embaixador Lincoln Gordon” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 22). Em visita ao Estado, Gordon teria assegurado que estar em Mato Grosso era “recordar nosso próprio país, tal a semelhança na sua dimensão e característica de grandeza” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 20). Acerca da ditadura de 1964, nada comenta abertamente.

A obra é dividida em capítulos assim intitulados: A Terra, O Homem, A Conquista, Na Hinterlândia Mato-grossense, Ciclo da Mineração Aurífera, Organização Política, Criação da Capitania, Lutas Fronteiriças, Consolidação, Ocaso do Regime Colonial, Pacificação Perturbada, Atividades Políticas e Aspectos Sociológicos.

O peso atribuído ao período colonial no processo de formação de Mato Grosso também se repete.

Nesta obra, ao contrário de *Mato Grosso*, há uma descrição mais pormenorizada das “revoluções”, “embates” e “vinganças partidárias”. Mas tais lutas são descritas sem que haja uma análise de seus determinantes econômicos. O discurso não direto e floreado, bem ao gosto barroco, torna mais difícil a compreensão.

É facilmente detectada, como já foi observado anteriormente, a sua identificação com o Governo de Manoel Murinho e Antônio Corrêa da Costa, com o governo de Pedro Celestino e com o de Dom Aquino Corrêa. Foram eles os únicos que mereceram uma

descrição mais detalhada das obras empreendidas. É possível observar, também, sua oposição à Companhia Matte Larangeira e a adesão a Pedro Celestino na Questão do Matte e nas resoluções de seu governo que diminuíram a área arrendada. Acerca de Mário Corrêa é bastante irônico e crítico. Segundo ele, Mário Corrêa, ao romper com o celestinismo, “esperdiçou energias em lutas estéreis, que inspiraram as suas mensagens, transformadas em pelourinho dos adversários” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614). Comenta, também, a “desorientação administrativa” de seu governo e ironiza o partido criado por ele, o “Democrata”, para combater Pedro Celestino e seus aliados (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614).

Critica, ainda, o segundo Governo de Mário Corrêa afirmando ter ocorrido uma intervenção federal, em 1935, pois, em seu entendimento, essa administração “desmandou-se, provocando reação parlamentar, contra a qual ocorreu inominável atentado” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614). Superficialmente, alega, em nota final, que esse atentado teria ocorrido contra dois senadores e que, à época do governo Mário Corrêa, eram poucas as garantias de vida aos oposicionistas. Acerca dos governos dos interventores federais, nos inícios dos anos 1930, afirma que foram breves e se sentiam “inseguros em suas comissões, à mercê das agitações políticas no país”, daí ter o autor se limitado apenas a *relacionar seus nomes* na lista de governantes de Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1969, p. 614).

A posição de Corrêa Filho, com exceção de seus adversários mais diretos, mais uma vez se revela ambígua, pois preferiu não assumir nenhuma opinião clara em face desses últimos governos. Também o estilo pouco direto e floreado contribuiu para impedir que fossem explicitados os determinantes das “agitações” por ele referidas (CORRÊA FILHO, 1969, p.614). Quanto a Julio Muller, só comentou que teria sido eleito pela Assembleia, em 1937, e, com pouco mais de um mês após sua posse, teria aceitado o cargo de

Interventor durante o Estado Novo. Não apresentou nenhuma realização das administrações após 1930, inclusive da referente a Julio Muller. A exceção foi o governo de Fernando Corrêa da Costa, que, assumindo em 1951, realizou negociações para a construção de obras visando ao aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Paraná.

Corrêa Filho expõe os governos sucessivamente como se a tendência natural fosse a de uma evolução contínua. As administrações às quais se ligou politicamente realizavam a tendência natural, mas não as de oposição, as responsáveis pelo aguçamento dos conflitos. Elas interrompiam e comprometiam essa tendência. Ou seja, está-se diante de uma forma de interpretação de história, como o próprio autor informa em sua obra *Mato Grosso* (1939), marcada por “movimentos de ascensão e descensão, no diagrama de sua marcha” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 52).

Ainda em *História de Mato Grosso*, há um capítulo que aborda a fronteira, intitulado *Lutas fronteiriças*. Nele, essas “lutas” se resumem àquelas travadas no século XVIII, para a definição dos limites territoriais da colônia.

No capítulo denominado *Aspectos sociológicos*, dispõe os dados dentro de temáticas intituladas *Evolução demográfica, Hábitos e costumes, Peculiaridades lingüísticas, Vida religiosa, Evolução financeira e Desenvolvimento econômico*. É possível detectar que o grosso de sua pesquisa, mesmo tratando de Mato Grosso, tem como referência Cuiabá e, sobretudo, o período colonial. Cuiabá teria sido, ao contrário de Vila Rica e de Vila Boa de Goiás, um “condensador demográfico”, a vila que se manteve fiel ao núcleo bandeirante. Nota-se a preocupação do autor em ressaltar a peculiaridade cuiabana.

Vivaz flor de civilização, desabrolhada no coração da América do Sul, a mais de quinhentas léguas do

litoral atlântico, ingressou Cuiabá na História do Brasil, como surpreendente e espontânea criação do gênio bandeirante, extreme de influxos externos. Nenhuma das contemporâneas se lhe equipara no tocante à legitimidade da sua origem, em que não colaboraram fatores estranhos. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 205).

Nas demais vilas citadas, segundo sua ótica, a colonização não foi iniciativa exclusiva dos bandeirantes. No caso de Vila Rica, houve interferência dos emboabas e, no de Vila Boa de Goiás, a dos administradores da Capitania de São Paulo.

Os heróis e até mesmo os traços culturais mato-grossense eram cuiabanos ou *cuiabanizavam-se*⁹. Na descrição relativa aos “hábitos e costumes” dos mato-grossenses, é clara sua tendência de se restringir aos costumes cuiabanos. Para ele, Cuiabá teria preservado a cultura bandeirante, até mesmo no âmbito da língua e da pronúncia (CORRÊA FILHO, 1969, p. 654).. Em Corrêa Filho é possível observar a necessidade de buscar o passado pioneiro de Cuiabá, ressaltando a coragem dos bandeirantes e a permanência de sua “cultura”. Intrépidos e enérgicos, os bandeirantes teriam imposto costumes que se difundiram e passaram a caracterizar os cuiabanos. As danças, músicas, festas retratadas pelo autor são as setecentistas, isto é, permanece sempre a influência do período colonial sobre todos os outros. Em nenhum momento há uma condenação ou visão moralista sobre as manifestações culturais, sobre os costumes ou sobre a maneira de ser dos cuiabanos. No fundo, há a defesa das qualidades raciais e os costumes bandeirantes, que determinaram a formação do povo e foram preservados graças, também, à distância dos centros mais desenvolvidos e a falta de comunicação eficiente. O mato-grossense – cuiabano – aparece sem nenhuma mancha em sua história, é sempre forte e destemido.

Em *Mato Grosso* (1939) há uma parte intitulada *O Cuiabano*, onde descreve a contribuição das “raças” para a formação da população que habitava a capital. Confirma a existência da contribuição do negro e do índio para a composição e formação do povo cuiabano, mas o peso maior dessa formação “provém da mais legítima estirpe dos bandeirantes” (CORRÊA FILHO, 1939, p. 253).

Mas essa “legítima estirpe” já fora, antes, alvo de cruzamento com o índio, que teria assegurado ao bandeirante certas qualidades de comportamento. Numa passagem de *História de Mato Grosso*, incorpora as ideias de Paulo Prado, citando, inclusive suas afirmações sobre os benefícios desse *cruzamento*.

O cruzamento com o indígena, sintetizou a propósito Paulo Prado, corrigiu de modo feliz a excessiva rigidez, dureza, inteiriça e fragueira do colonizador europeu do século XVI; o índio, nesse amálgama, trouxe o elemento mais afinado, a agilidade física, os sentidos mais apurados, a intensa observação da natureza quase milagrosa para o homem branco. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 99).

A valorização das origens bandeirantes e a prevalência destes pioneiros na composição da “raça” cuiabana se manifestam em referências nas quais os mato-grossenses são vistos como os “genuínos descendentes dos bandeirantes que lhes formaram o componente racial preponderante” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 104). Em outra passagem, na qual discute os “componentes étnicas modernas (sic)”, faz questão de reforçar que a formação do cuiabano provém de boa parte da população de São Paulo e, em proporções reduzidas, de outros componentes raciais (CORRÊA FILHO, 1969, p. 112).

Ainda nesse item, apresentando apenas dados estatísticos de forma muito sucinta, discutiu a chegada de migrantes no sul do Estado: as famílias mineiras que povoaram o sul pela fronteira meridional, bem

como estrangeiros assim elencados: italianos, franceses e, em menor número, uruguaianos e argentinos que se fixaram em Corumbá devido à abertura do Rio Paraguai após a Guerra. Os gaúchos também foram lembrados, atraídos pelos campos da fronteira meridional, e os nordestinos, mobilizados pelos garimpos, bem como “populações da América do Sul”. Não citou a migração paraguaia, contingente que influenciou de forma bastante expressiva o sul do estado. Também omitiu a presença do boliviano. Certamente, estariam engrossando as estatísticas daquilo que Corrêa Filho denominou “América do Sul”, correspondente à maior composição estrangeira em termos numéricos¹⁰ (CORRÊA FILHO, 1969, p. 113).

Após essa descrição, é possível afirmar que o desvelamento das ideias do autor, sobre o sul e sobre a fronteira, demanda a análise de suas obras temáticas, sobretudo *À sombra dos ervais matogrossenses* (1925 b) e *Ervais e ervateiros do Brasil* (1957).

À sombra dos ervais mato-grossenses, volume quatro da coletânea denominada Monografias Cuiabanas, foi publicada em 1925¹¹. Das obras de Corrêa Filho que versam sobre a fronteira ou a ela se referem, esta é a mais rica em informações e, sobretudo, a mais expressiva por captar as contradições do período abordado, a que mais expõe as divergências políticas do autor. Virgílio Corrêa Filho, à época, era Secretário de Estado e a Matte Larangeira detinha o domínio econômico local. A obra é um expressivo registro das posições assumidas pelo grupo contrário ao monopólio, ainda no calor dos acontecimentos. O autor aborda a exploração da erva-mate mato-grossense, com atenção especial às concessões dos ervais e aos conflitos políticos que derivaram do monopólio exercido pela Companhia Matte Larangeira. A obra realizou, sobretudo, uma exposição de suas divergências com relação à Matte; a fronteira tornou-se pano de fundo para o autor fazer

a defesa dos interesses do capital comercial instalado em Mato Grosso.

Nessa obra o autor é mais enfático na defesa de suas posições e bastante objetivo nos ataques à Empresa e ao monopólio que exercia.

Denunciou a política de arrendamento dos ervais que, em sua opinião, resultava na concessão de “privilégios”. A onda de “privilégios” teria se iniciado com Tomaz Larangeira, que arrendou os ervais sem concorrência em razão da ação de seus “protetores”, Barão de Maracaju e Antônio Maria Coelho (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 15-18). Larangeira vendeu a concessão em 1892 e os favores foram estendidos, então, para os Murtinho, que formaram uma “pseudocompanhia”¹², a Companhia Matte Larangeira. Ou seja, Larangeira teria constituído uma empresa para vendê-la, logo depois, para que os Murtinho pudessem assumir a concessão, intransferível à época. O autor denunciou os privilégios obtidos por esse grupo e a relação entre o público e o privado em Mato Grosso. Denunciou, também, a destruição ecológica decorrente do corte sem controle dos ervais, praticado pela empresa (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 33- 35).

Colocou-se politicamente ao lado dos gaúchos, pequenos posseiros que realizaram uma acirrada campanha contra a Companhia, promovendo revoltas armadas e vários conflitos localizados no sul do Estado. Os comerciantes, visando minar ao monopólio, aliaram-se aos gaúchos que já se manifestavam contra a Matte Larangeira.

Foi clara sua posição contra os “latifúndios”, na região, ao apoiar o grupo que tentou diminuir a área de concessão para a Companhia, a partir de 1906, quando esta empresa enviou projeto para aprovação da Assembleia, procurando antecipar a prorrogação do monopólio. Corrêa Filho se manifestou favoravelmente à Comissão de Indústria, da qual seu pai, o deputado Virgílio Alves

Corrêa, era um dos membros. Nessa Comissão, segundo ele, “contra a ideia da criação de latifúndios dominados por sindicatos estrangeiros, prevaleceu a tendência proteccionista de colonização nacional, que á primeira visava refrear” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 53). Discutiu nessa obra, ainda, a disputa travada na *Questão do Matte*, campanha movida por Pedro Celestino que visava negar a renovação de arrendamento à empresa e vários favorecimentos por ela requeridos. A Questão do Matte iniciou-se em 1912, quando a Companhia resolveu discutir a renovação do contrato, apresentando algumas alterações de cláusulas. Nesse momento, Pedro Celestino assumiu a liderança da oposição, antes comandada por Ponce, e passou a afrontar o grupo defensor dos direitos da Companhia, liderado pelo senador Azeredo. A nova proposta, segundo Pedro Celestino, era ainda mais nociva ao Estado que a anterior, já que requeria mais vantagens, solicitando a permissão para explorar produtos florestais, agrícolas, industriais, minerais, etc, sem pagar os impostos devidos, que a Companhia “habilidosamente incluía nas quotas de arrendamento” (COSTA, 1912 *apud* QUESTÃO MATTE, 1912, p. 38). Além disso, a empresa ainda propunha pagar taxa fixa não proporcional à produção. Pedro Celestino iniciou, então, uma campanha contra a nova proposta. Os membros da Assembleia, nesse período, já haviam sido renovados em eleição recente e a comissão, ao contrário da anterior, era favorável à nova proposta da Companhia Matte. Daí Pedro Celestino ter promovido uma campanha por meio do jornal *Mato Grosso*, conclamando os deputados a analisarem melhor a proposta, sabendo “honrar o seu mandato não homologando esse contracto leonino” (QUESTÃO MATTE, 1912, p. 38). A solução encontrada pela oposição foi a de obstruir a votação do projeto pelo não comparecimento à sessão, inviabilizando a sua aprovação. Corrêa Filho (1925 b, p. 73) apontou essa luta como “das mais renhidas” do período.

A Companhia resolveu retirar a proposta, esperando nova oportunidade para discutir o arrendamento. No governo seguinte, as concessões foram renovadas pela Resolução n.º. 725, que autorizava o Poder executivo a “[...] contractar com a Empresa Larangeira Mendes & Comp., ou com quem nas mesmas condições de idoneidade, melhores vantagens oferecer, o arrendamento e a exploração dos herveaes do estado” (MATO GROSSO, 1915 *apud*, CORRÊA, 1986, p. 287). Também autorizava a firmar novo contrato, após concorrência pública, não podendo o mesmo exceder o arrendamento de uma área de 400 léguas quadradas (1.440.000 hectares). A empresa poderia escolher entre as melhores áreas de ervais. A resolução resguardava o direito dos posseiros, ocupantes da área do contrato em vigor, dando-lhes preferência para a compra, dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916. A área de compra não poderia ser superior a dois lotes de 3.600 hectares cada um, devendo, para tanto, o posseiro provar “cultura efectiva e morada habitual anteriores ao ano de 1914” (MATO GROSSO, 1915, *apud* ARRUDA, 1986, p. 288). De fato, a diminuição da área e a demarcação de terras aos posseiros ocorreu somente em 1919 e a área da Companhia ultrapassou o acordo firmado, chegando a ocupar 504,4 léguas quadradas, ou seja, 1.815.905 hectares (CENTENO, 2000, p. 121).

Após 1919, quando se reduziu a área de exploração da Matte Larangeira, o autor concluiu que esta empresa entrara numa espécie de *nova fase*. Corrêa Filho (1925 b, p. 86) acreditava numa “nova era aos herveaes permeabilizando-os á penetração dos pequenos posseiros” e no fim do monopólio da Companhia. Para ele, a empresa teria compreendido “que já não poderia conter a evolução da industria hervateira nos mesmos moldes do monopólio em que se engrandecera” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 95). O que Corrêa Filho não explicita é que a Companhia se beneficiou desta

situação, já que os pequenos proprietários, não tendo como escoar a produção a entregavam diretamente à empresa. Segundo Alves, os gaúchos acabaram, dessa forma, se transformando “numa reserva de mão de obra explorada com regularidade” (ALVES, 1985, p. 53). A Matte, que enfrentava grandes problemas com a evasão de trabalhadores de origem paraguaia, resolvera essa dificuldade, em parte, utilizando os braços dos pequenos proprietários.

Corrêa Filho defendia, também, a necessidade de mudar o sistema de arrecadação, realizado com o uso de taxas fixas. Essa questão, informa, teria sido resolvida numa Resolução do Governo Pedro Celestino que introduziu taxa *ad valorem*. Ressaltava, ainda, que essa mesma resolução limitava a área em 1 milhão de hectares.

Corrêa Filho viu essa “nova fase” com certo otimismo. Acreditava que, após a redução da área arrendada à Companhia Matte Larangeira e a exploração dos ervais pelos pequenos proprietários, a região pudesse ser explorada pela livre-concorrência.

[...] o futuro contracto com a própria Empresa Matte, ou qualquer outro pretendente, deverá representar mais um avanço na evolução da indústria hervateira que, iniciada por meio de monopólio absoluto, tende progressivamente a parcellar-se, para acolher a actividade de novos concurrentes. (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 104-105).

De fato, as áreas que possuíam ervais foram disponibilizadas aos pequenos proprietários, mas, efetivamente, era a Companhia que comprava toda a produção e a exportava. O monopólio ainda se mantinha, mas agora de forma mais velada. Ainda é preciso esclarecer que mesmo com a redução da área legal, a Companhia ainda possuía cerca de 2.115.905 hectares se somarmos a área arrendada (1.815.905 hectares) e as terras de sua propriedade, cerca de 300.000 hec-

tares (GUILLEN, 1991, p. 78; CENTENO, 2000, p. 71).

É necessário observar, também, que o processo desejado por Corrêa Filho não se verificou na fronteira. A instalação dos posseiros enfrentou dificuldades, com a contestação realizada pela Companhia Matte às áreas ocupadas e com financiamento aos pequenos proprietários. Na realidade, esses pequenos domínios se transformaram em médias e grandes propriedades.

Como foi observado, a maior parte de *À sombra dos ervais mato-grossenses* é dedicada à análise política, mas há, também, trechos acerca do trabalho nos ervais, que discorrem sobre a necessidade de trabalhadores especializados e sobre o regime de trabalho.

Corrêa Filho preocupa-se em relatar, ainda, o regime compulsório adotado na exploração da erva-mate e o denuncia por meio de citação de trechos de relatos de administradores espanhóis e viajantes que visitavam os ervais no Paraguai, nos séculos XVII e XVIII. Um deles, um “observador arguto”, o “geographo” Azara, teria dito no final do século XVIII:

El principal giro de estos vecinos es conchavar se, para los beneficios de la yerba, á los que emprenden estas faenas, las cuales son lucrativas en ciertos casos á los amos, y nunca á los peones, que trabajando barbaramente ningún adelanto consiguen: porque pagarles la yerba que trabajan com generos, dan estos tan subidos de precio que aseguran todos que es un asombro. (AZARA, *apud* CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 12-13).

Cita, também, casos relatados pela literatura, como o de Rafael Barret, que teria denunciado a escravidão nos ervais do Paraguai, no início do século XX. Mas, numa passagem, Corrêa Filho observa que esse tipo de exploração do trabalho já estaria modificado, sem dar maiores detalhes: “veja-se a tocante descrição de Rafael Barret em Los que son lês yerbales. Hoje o regimen está um tanto modificado” (CORRÊA FILHO, 1925 b, p. 37).

Parece que o autor não se interessou em denunciar o regime escravo adotado nos ervais, em sua época, fato que poderia comprometer juridicamente o Governo do qual era Secretário.

Entretanto, é preciso esclarecer que o regime de trabalho adotado nos ervais foi mantido mesmo após a década de 1930 (CENTENO, 2000). O regime de trabalho adotado nos ervais era denominado regionalmente de *escravidão por dívidas*. Era uma espécie de contratação da força de trabalho – o *conchavo* – que consistia em “adiantar” o pagamento para o trabalhador, endividando-o antes mesmo de começar a trabalhar. Com o tempo, a dívida ia se avolumando descontroladamente, em virtude dos altos preços dos gêneros comercializados no local de trabalho, fornecidos pela própria empresa contratadora. Isso assegurava a manutenção da força de trabalho e tornava o trabalho obrigatório, já que o trabalhador nunca conseguia quitar a dívida. Na região fronteiriça, a contratação era realizada no Paraguai, local em que se encontrava grande número de trabalhadores ervateiros. Em pesquisa acerca do trabalho nos ervais (CENTENO, 2000), foi constatado que o regime de dívidas se manteve porque o número de trabalhadores era escasso e por isso, buscado fora do País, isto é, no Paraguai. Não tendo como substituir esse trabalhador, era necessário assegurá-lo por esse tipo de regime de trabalho. Isso se manteve enquanto predominou a organização manufatureira do trabalho nos ervais de Mato Grosso. O trabalho manufatureiro adota a divisão do trabalho, subdividindo o processo segundo as suas operações constitutivas. Embora já conte com trabalhadores especializados, eles realizam operações complexas que exigem habilidade e o manejo de ferramentas, ao contrário de sua fase mais avançada, a maquinaria (CENTENO, 2000). No caso da fronteira, existiu uma singularidade: eram de nacionalidade paraguaia os trabalhadores que domina-

vam esse processo. Estes se tornaram extremamente importantes como força de trabalho especializado na região e são sempre referenciados como herdeiros da “tradição” guarani.

O aproveitamento da força de trabalho guarani é antigo na exploração da erva-mate, encontrando-se registros nas Missões Jesuíticas. Lá, deduz-se que o trabalho ainda era artesanal. Assim como outras atividades do sistema capitalista de produção, o trabalho nos ervais passou por modificações que acabaram se refletindo no domínio que esse trabalhador tinha do processo. A primeira dessas modificações foi a fragmentação desse conhecimento com a implementação da divisão do trabalho, dando origem às manufaturas. Contudo, mesmo com a adoção da divisão do trabalho a especialidade se manteve. No caso da atividade ervateira da fronteira, os trabalhadores especializados eram de nacionalidade paraguaia.

Memorialistas e até mesmo viajantes que passaram por Mato Grosso, nas décadas de 1920 e 1930, registraram a violência contra os trabalhadores dos ervais, contribuindo para comprovar que esse regime ainda se manteve por algumas décadas (CENTENO, 2000, p. 151-152).

Ervais do Brasil e ervateiros, escrita em 1957, mantém, em grande parte, as ideias do autor, mas ampliadas com comentários sobre a produção ervateira no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, lugares identificados com a “geografia do mate” (1957, p. 9).

A obra, um dos volumes da série *Documentário da Vida Rural*, foi encomendada pelo Serviço de Informação Agrícola que, em convênio com o Instituto Nacional do Mate, objetivava oferecer “um valioso subsídio ao estudo do mate no Brasil” (VIEIRA, 1957, p. VIII).

Corrêa Filho analisa as origens da exploração ervateira, mostrando erudição e conhecimento ao citar autores que trataram da erva-mate, inclusive sob a forma

de poemas, tanto no período colonial como no passado recente da produção. Todavia, diferentemente do trabalho anterior em que o autor tratava de problemas conjunturais, as polêmicas já estão amainadas e seu objetivo, neste estudo, é o de enriquecer as informações sobre a atividade. Corrêa Filho faz um estudo sobre as formas de produção e sobre as suas “consequências sociológicas”. Estas são entendidas como as formas de socialização ocasionadas pela disseminação do uso do mate, “admirável polarizador de estímulos sociológicos, causadores de peculiaridades da vida regional”.

Adaptado a todas as condições sociais, tanto o mate anima o convívio dos que dispõem de abundante haveres, como alegra os menos providos de recursos. Enquanto os primeiros se utilizam de cabaças decorativas, cintadas de prata e não raro de ouro, acompanhadas de bombilhas de igual estilo, aos outros bastará uma cuia comum, e o canudo de metal mais barato (...) na casa do rico, porém, como igualmente nos galpões, o mate irmana os circunstantes como se filiassem à mesma família. (CORRÊA FILHO, 1957, p. 79).

Ressalta as peculiaridades do mate, abordando as características culturais das rodas de chimarrão, das rodas dos repentistas, do churrasco e até mesmo da “filosofia de vida”, citando para exemplificá-la versos do folclore paranaense.

Peço pouco nesta vida
P’ra minha felicidade,
Uma cabrocha destorcida,
Uma viola bem sentida
Facão, mate e liberdade.

(CORRÊA FILHO, 1957, p. 81)

Considera importante o costume de tomar mate que, por ser coletivo, envolve “solidariedade”, diferentemente do costume de tomar café que é uma bebida tomada isoladamente.

Mais do que seu consumo, por bebedores isolados, porém, sobreleva a ação eficaz agente de sociabilidade, que não somente promove a aproximação entre si até de desconhecidos, como ainda reforça a amizade dos que se deliciam ao ‘matear’ em companhia amistosa, utilizando a mesma cuia e bomba comum. Não admira que facilite a reconciliação dos desavinhos (sic) por motivos somenos, nem que participe, como fator agremiativo, nos lances mais festivos da vida familiar. Inspiradores de afeições, centenas de noivados deram-lhe não pequeno quinhão de incentivo inicial e intensificação ulterior. Mais insinuante do que a praticada nas regiões cafeeiras, onde ao visitante não falta a bebida afamada, a hospedagem proporcionada pelo mate adquire feições afetuosas. Acordes com o temperamento reservado dos seus proprietários, as casas acostumadas ao uso do café, servem-no em xícaras individuais, não admitem maior cerimônia nas aproximações. Ainda que sejam oferecidas a pessoas estranhas, não importa. A água se encarregará, em lavagem ulterior, de apagar quaisquer vestígios nocivos. Com o mate, porém, a bombilha passa de boca em boca, evidenciando intimidade. (CORRÊA FILHO, 1957, p. 82)

A obra é rica em fontes e informações sobre a produção da erva-mate no país, mas em relação à anterior, no que diz respeito à suas posições sobre a fronteira, não traz novidades.

Conforme foi demonstrado ao longo da descrição, em suas obras de caráter mais geral, Corrêa Filho ignora a história da fronteira em seu período mais recente de desenvolvimento, isto é, no período em que foi colonizada. Isso não acontece somente com a fronteira, mas também com o sul de Mato Grosso.

Corrêa Filho é o historiador das raízes cuiabanas, não por acaso suas raízes. Isso não significa que o autor tenha desconhecimento acerca do sul do estado

ou que não o tenha estudado, sobretudo em algumas obras monográficas. Significa que procurou reservar grande parte de suas análises ao período colonial e imperial, época em que o norte e Cuiabá tiveram primazia política e econômica.

Nas obras que versam sobre a erva-mate, a fronteira aparece como pano de fundo e as questões que mais o preocupam são as de natureza política. Não se encontra na obra de Corrêa Filho uma reflexão sobre a fronteira com o Paraguai com vistas ao seu desenvolvimento. Quando trata dos posseiros, por exemplo, o apoio a esses pequenos proprietários era motivado, sobretudo, por suas diferenças políticas em relação à Matte Larangeira. Quando incorpora algumas ideias nacionalistas, como os ataques à dominação estrangeira ou aos latifúndios, é preciso ressaltar que elas são formas de combate à Companhia Matte Larangeira. Sua proposta para a fronteira é muito simplista: tão somente a eliminação do monopólio da Matte, daí a inexistência de elaborações outras sobre a região, tanto no que se refere à economia como à cultura, à educação ou à ocupação.

Corrêa Filho é o ideólogo dos comerciantes e, nesse sentido, aflora o regionalismo contido nos seus escritos. Suas posições e suas teses expressam os interesses dessa fração de classe. As disputas políticas, entretanto, não são anunciadas claramente, como já foi comentado, sobretudo nas obras de caráter mais geral. A intenção do autor, nessas obras, é a de projetar Mato Grosso e ressaltar suas potencialidades. Mas, assim como o nacionalismo, o regionalismo é multifacetado e apresenta várias formas de incorporação de ideias, havendo necessidade de deslindá-las. O regionalismo de Corrêa Filho, por exemplo, não pode ser identificado com separatismo, como o que ocorreu no sul de Mato Grosso. O regionalismo de Corrêa Filho tem origens em Cuiabá e se expressa na luta do capital comercial

contra o capital financeiro. Ele foi o intelectual orgânico da burguesia comercial mato-grossense e, por isso, suas ideias deixam transparecer os interesses e necessidades dessa fração de classe social.

Sintetizando, verifica-se que, de um modo geral, Virgílio Corrêa Filho reduz a história de Mato Grosso à de Cuiabá. Nas obras de caráter mais geral, ele não se debruçou sobre a fronteira com o Paraguai no período em que ocorreu a ocupação dessa região. A preocupação do autor acerca da fronteira restringiu-se à definição de seus limites geográficos, daí centralizar-se sobre a época colonial e, em menor escala, sobre o período imperial.

Em trabalhos de caráter temático, como os relacionados à erva-mate, a fronteira aparece como pano de fundo. Sua preocupação com esta região advém de suas opções políticas, associadas aos interesses da burguesia comercial mato-grossense, que visavam à eliminação do monopólio exercido pela Companhia Mate Larangeira. Se existe um projeto para a fronteira, em sua obra, ele se resume à extinção desse monopólio.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história – 1870-1929: Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 61, p. 5-61, 2º sem.1985.
- ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. UNESP, 1989.
- CARONE, Edgard. *A República Velha I (Instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difel, 1978.
- CENTENO, Carla Villamaina. *A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura*. Campo Grande, 2000.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS.

CORRÊA. Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1995.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *As raias de Matto Grosso*. São Paulo: Secção de Obras d'O estado de S. Paulo, 1925a. Vol. III

_____. _____. São Paulo: Secção de Obras d'O estado de S. Paulo, 1926. Vol. IV.

_____. *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1925b. (Monographias Cuiabanas, 4)

_____. *Questões de ensino*. São Paulo: Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925c. (Monographias Cuiabanas, 1)

_____. *Evolução do erário*. São Paulo: Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925d. (Monographias Cuiabanas, 2)

_____. *À cata de ouro e diamantes*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. (Monographias Cuiabanas, 3)

_____. *A propósito do boi pantaneiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. (Monographias Cuiabanas, 6)

_____. *Considerações acerca da peste da cadeira*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1927. (Monographias Cuiabanas, 7)

_____. *Indústrias mato-grossenses*. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1945b. (Monographias Cuiabanas, 5)

_____. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, [1939].

_____. Oeste: obra do Cap. Nelson W. Sodré, pelo Eng. Virgílio Corrêa Filho. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano V, n. 2, abr/jun, 1943, p. 267-277.

_____. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945a.

_____. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Documentário da vida rural, nº 12, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de informação agrícola, 1957.

_____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira (Mato Grosso: 1890–1945)*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do IFCH. UNICAMP, 1991.

MATTO-GROSSO. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa em 13 de Maio de 1926, pelo Sr. Dr. Mário Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Matto-Grosso*. Cuiabá: Typographia Oficial, 1926. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u479/000002.html> Acesso em: 02.02.2006.

QUESTÃO MATTE. Cuiabá, MT: Avelino de Siqueira, 1912.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade de. *Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1999.

VIEIRA, José A. Apresentação. In: CORRÊA FILHO Virgílio. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Documentário da vida rural, nº 12, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de informação agrícola, 1957.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1998.

NOTAS

ⁱ Pedro Celestino (1860- 1932) governou Mato Grosso nos períodos de 1908 a 1911 e de 1922 a 1924. Chefe do Partido Republicano Mato-grossense – PRMG, participou da organização de várias “revoluções” ocorridas no início do século, que tentaram derrubar o monopólio da Companhia Matte Larangeira. A admiração do autor pelo seu sogro levou-o a escrever uma biografia sobre o mesmo, intitulada *Pedro Celestino: o guia dos mato-grossenses* (CORRÊA FILHO, 1945a).

ⁱⁱ Os ervais na fronteira de Mato Grosso começaram a ser explorados no final da Guerra da Tríplice Aliança (1864 - 1870), em uma vasta região do cone sul do Estado de Mato Grosso. Tomáz Larangeira,

tendo participado como fornecedor de alimentos para os combatentes desta Guerra, conseguiu, em 1882, permissão do governo imperial para explorar a erva-mate da região. Apesar de não ter sido o único a explorar ervais na região, Larangeira obteve mais benefícios e monopolizou por mais tempo essa atividade (CENTENO, 2000, p.130-134). No ano de 1892, Larangeira se associou aos irmãos Murtinho, poderosa família de políticos locais e maiores acionistas do Banco Rio e Mato Grosso, formando a Companhia Matte Larangeira. Configurou-se, pela primeira vez em Mato Grosso, a interferência do capital financeiro na produção (ALVES, 1985, p. 31). Através do favorecimento político, essa Companhia chegou a arrendar cerca de 5 milhões de hectares, tendo sido essa área reduzida, em 1916, para menos de 2 milhões. Com sede em Buenos Aires, tornou-se uma potência na região do Prata. Essa empresa teve uma importante atuação na economia mato-grossense, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Como resultado, passou a exercer um controle político e econômico muito grande na região. Além de controlar toda a região que circundava seus domínios, esteve ligada à política local e nacional, exercendo grande influência e indicando aliados para participar das decisões parlamentares. Possuía direito e exclusividade de exploração de todos os rios e Portos que estavam em seu arrendamento, dispunha de uma estrada de ferro de sua propriedade, que ligava Guairá a Porto Mendes, e as instalações do referido porto, além de possuir polícia e moeda própria em seus domínios. Em 1929, ocorreu uma separação entre a empresa argentina e a situada no Brasil. No entanto, a maioria das ações era ainda de posse da empresa estrangeira. Após a década de 1930, devido à política nacionalista de Vargas, seus sócios procuraram nacionalizar a empresa. A década de 1930 foi desfavorável à empresa e à produção ervateira como decorrência da crise econômica e política. Afetada profundamente, o resultado foi a diminuição de suas atividades já na década de 1940. A Argentina, grande importadora da produção mato-grossense de erva-mate, ameaçava as exportações com o crescimento de suas plantações e o aumento em sua produção. Também nessa época, o governo de Getúlio Vargas passou a rever as concessões de terras em Mato Grosso, atingindo a Companhia, que monopolizava grandes exten-

sões. Contudo, seu declínio acentuou-se após a autossuficiência da produção dos ervais argentinos (CENTENO, 2000).

Fato também observado em Zorzato (1998, p. 64) e Saboya (1999). Os artigos, nesse sentido, são fontes expressivas na sua trajetória intelectual, que revelam suas diferenças teóricas. Os combates teóricos que o autor trava são dirigidos aos intelectuais que fizeram críticas a Mato Grosso ou foram, para ele, *superficiais* em suas análises. Uma delas é dirigida à obra Oeste de Nelson Werneck Sodré. Corrêa Filho reconhece a grandeza de Sodré, admitindo que o autor é de uma “inteligência vivaz e brilhante”, mas “à procura de aplicação” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 267). Para Corrêa Filho, Sodré refere-se ao Estado como desconhecido, já que ao utilizar somente os livros de cultura geral, “aliás dos mais insignes mestres”, ignora a extensa literatura produzida sobre Mato Grosso: “Não apontou as monografias do Visconde de Taunay, de seu filho, A. de Taunay, sagaz historiador das Bandeiras, os relatórios da Comissão Rondon, indispensáveis ao conhecimento da parte ocidental do Estado, de Arrojado Lisboa, de Glyncon de Paiva, Milward, Erichsen, e outros, que estudaram a região sulina e oriental, de Leverger, historiador e geógrafo, assim como Ricardo Franco e Luiz D’Alincourt, de fase anterior, as memórias históricas de Barbosa de Sá, Nogueira Coelho, J. Costa Siqueira, as contribuições dos naturalistas H. Smith, C. Von Den Steinen, Lindmann, M. Smith, Ehrenreich, Evans, os ensaios de José de Mesquita e seus companheiros do Instituto Histórico de Mato Grosso. (CORRÊA FILHO, 1943, p. 269). O autor tece outras críticas, como o desprezo a “componente cuiabana, mais antiga e fundadora” no regime pastoril (CORRÊA FILHO, 1943, p. 269). Refuta também a generalização da caracterização da população com o regime dos “fora da lei”, isto é, do banditismo. Afirmo o autor: “Infratores do código penal sempre houve e haverá em toda a parte, até nas cidades supercivilizadas como Nova Iorque, onde operam ‘gangsters’. Em Mato Grosso, não é mais freqüente do que alhures o fenômeno, que se torna discutido quando surge um bandoleiro do feitio do Silvino Jaques, que parece ter inspirado os comentários do autor”. Segundo Corrêa Filho, a interpretação de que o regime pastoril teria provocado essa civilização marginal ou esse “primitivismo social” é incorreta. Mas, diz o autor, isso só se afirma em certos locais de Mato Grosso:

“Ao frasear elegante falta a consistência da concordância com os fatos. Não quer dizer que seja falsa a afirmativa do autor, inteligente demais para resvalar em tal cincada. Mas a sua observação, em área reduzida, ampliou-se desmedidamente, perdendo assim a precisão” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 272). Acerca da afirmação de Sodré de que o homem do oeste possuía desestima pela terra, fruto da cultura pastoril, rebate Corrêa Filho: “Entretanto qualquer estatística elaborada com esmero apontaria centenas de fazendas em Mato Grosso, que permaneceram por prazo longo sob o domínio do proprietário primitivo e seus sucessores, prova do poder agarrativo da terra.” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 274)

^v “Segundo Horácio Nazar [19--], em 1884, Francisco Mendes Gonçalves foi incorporador, com outros comerciantes estrangeiros, do Banco de Comércio, situado na Argentina, associado ao capital inglês proveniente do London Bank of México and South América. Francisco Mendes foi, também, vice-presidente do Banco de la Província de Buenos Aires, desde 1906 até 1930, ano de sua morte.” (CENTENO, 2000, p. 90)

^{vi} Esta série constituiu-se, inicialmente, de seis volumes: *Em legítima defesa*, *Versatilidade presidencial*, *Depenando uma gralha empavonada*: respostas às injúrias do Bacharel Manoel Paes, *O Siamês da gralha empavonada*: respostas às injúrias de Borralho, *O detrator oficial*: respostas às injúrias do Dr. Mário, *Relendo a mensagem*: continuação da resposta às injúrias do Dr. Mário. Posteriormente, foi acrescentada mais uma publicação, *Política de Mato Grosso*: como se desmascaram e se esmagam as perfídias de um paranóico e imbecil (SABOYA, 1999, p. 68). Sobre o mesmo assunto foram publicados, ainda, *Política de Mato Grosso*: o cérebro de um mentiroso é a oficina do diabo (1929), *Desmascarando um grande canalha e imbecil* (1929) e *O sr. Mário Corrêa: um caso político - um caso patológico* (SABOYA, 1999, p. 75).

^{vii} Augusto Leverger era chamado por Corrêa Filho de “bretão cuiabano”. (CORRÊA FILHO, 1945a, p. 7).

^{viii} No censo realizado em 1940, havia em Mato Grosso, 426 alemães, 319 espanhóis, 516 italianos, 1.105 japoneses, e 910 portugueses. Quanto ao contingente da “América do Sul”, seriam 17.216 pessoas (CORRÊA FILHO, 1969, p 113).

^{ix} Grande parte dessas obras foram escritas na década de 1920, época em que o autor ocupou o cargo de Secretário na administração de Pedro

Celestino e Estevão Corrêa. As *Monografias Cuiabanas* compõem-se de seis volumes: *Questões de ensino* (1925), *Evolução do erário* (1925), *À cata de ouro e diamantes* (1926), *À sombra dos hervais matogrossenses* (1925), *A propósito do boi pantaneiro* (1926), *Considerações acerca da peste da cadeira* (1927) e *Indústrias mato-grossenses* (1945b).

^x Expressão utilizada por Antônio Corrêa, que rompe com Murтинho e se alia a Generoso Ponce na “revolução” de 1899. Começa, então, a atacar seu antigo aliado e os negócios nos quais se envolvera, usando artigos publicados no jornal *A Reação*, editado no Paraguai. Num deles, teria feito acusações à forma pela qual a Companhia foi formada, denominando-a de “pseudo Companhia” (CORRÊA, 1902, *apud* CORRÊA FILHO, 1925b, p. 28).

COLEÇÃO CULTURA BRASILEIRA

Série "ESTUDOS"

2

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

HISTÓRIA DE MATO GROSSO



INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Rio de Janeiro — 1969